



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

LITERATURA PARA A INFÂNCIA: O PNBE EM QUESTÃO

Sayonara Fernandes da Silva
Professora Orientadora: Dra. Marly Amarilha

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
sayonara.sayonara@yahoo.com.br
marlyamarilha@yahoo.com.br

Resumo

A pesquisa avalia a acessibilidade da criança e do professor à leitura de literatura por meio do acervo do Programa Nacional Biblioteca da Escola-PNBE, distribuído pelo MEC aos Centros de Educação Infantil de Natal-RN, com o objetivo de compreender as perspectivas, tensões e desafios sobre as políticas públicas de promoção da leitura no Brasil. A metodologia utilizada é qualitativa de abordagem avaliativa. São instrumentos de coleta de dados os sites disponíveis do MEC que prestam conta da distribuição do acervo; as entrevistas com assessores da SME- Natal e do FNDE; questionários aplicados aos docentes e gestores das instituições e a visita *in loco* aos Centros Municipais de Educação Infantil. Tomamos como referencial teórico-metodológico Amarilha (1997; 2006), Cosson (2007), Moreira, Caleffe (2008), Zilbermam (2003), entre outros. Os resultados indicam que não existem espaços de leitura adequados ao uso do acervo e não há formação específica para o professor de maneira a articular o PNBE à prática de leitura com as crianças.

Palavras-chave: PNBE, Educação Infantil, Política, Gestão Pública.

1 INTRODUÇÃO

“Todos lemos a nós e ao mundo à nossa volta para vislumbrar o que somos e onde estamos. Lemos para compreender, ou para começar a compreender. Não podemos deixar de ler. Ler, quase como respirar, é nossa função essencial.”

Alberto Manguel

É consenso que a leitura é essencial na formação das pessoas. Se ler é, então, função essencial, precisamos investir em situações que favoreçam o nosso acesso aos livros e às experiências leitoras de nossas crianças. Corroborando com Manguel (1997) e Freire (1983), de que a leitura do mundo precede a leitura da palavra e que todos começam a desvelar o mundo, compreender sinais presentes no contexto em que se dão as relações vitais entre o



sujeito e seu entorno; o contato com a literatura desde cedo é essencial para a formação das pessoas, mesmo antes de dominar o código escrito da língua.

Acreditamos que a leitura de literatura elucida o imaginário e o fantástico levando a criança a conhecer o significado da vida, de seu mundo, de suas vivências e de sua existência.

Assim, partindo do pressuposto de que a literatura enriquece a vida da criança, estimula a imaginação, ajuda a desenvolver o seu intelecto e tornam claras suas emoções (BETTELHEIM, 2007), o contato da criança com o portador de ficção – o livro – é essencial para despertar o gosto pela leitura.

Discorrer sobre o que é literatura ou sobre a essência do que seja um texto literário é confrontar-se com uma tempestade de conceitos, definições e ideias. E já que a literatura é a arte da palavra feita por homens inseridos no tempo e no espaço, para que possamos estabelecer uma relação entre o surgimento do leitor infantil que nasce com a concepção de infância no século XVIII e leitura literária na escola através do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) e política de formação de leitor implementada pelo Governo Federal para todas as escolas do Brasil, faz-se necessário um conhecimento histórico da cultura europeia ocidental e revisar o contexto sociopolítico e econômico de cada época.

2 LITERATURA PARA A INFÂNCIA: DO LEITOR À LEITURA

O nascimento da literatura para a infância remonta há muitos anos, contando com diversas histórias da tradição oral de diferentes povos pelo mundo. Apesar de ser vertente da literatura geral, desde o seu surgimento, essa literatura se apresenta como uma forma literária menor, “uma vez que ela se associava a minoria de seu destinatário” (AMARILHA, 1997, p. 129), atrelada à função didático-pedagógica que tem como objetivo maior doutrinar o comportamento da criança a partir da visão do adulto servindo como instrumento para o ensino e amadurecimento da criança.

É impossível pensar na história da literatura para a infância, sem pensar no seu leitor: a criança. De acordo com Zilberman (2003) os primeiros livros para crianças foram produzidos ao final do século XVII e durante o século XVIII, antes disso não se escrevia para



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

elas porque não existia “infância”. Assim nos alerta (ZILBERMAM apud GOÉS 1991, p. 17) “Gênero incompreensível sem a presença de seu destinatário, a literatura infantil não pode surgir antes da infância”. No acervo destes primeiros livros encontram-se lendas regionais, fábulas milenares, histórias para entreter e ensinar além de aproximá-las dos adultos, já que naquele modelo de família, nenhum laço amoroso especial os aproximava. As crianças que conviviam igualmente com os adultos, pois na época não havia um mundo infantil, diferente, separado; elas compartilhavam o mesmo tipo de roupa, ambientes caseiros, sociais e trabalho.

Somente com a criação das escolas urbanas e mais tarde com desenvolvimento dos valores burgueses que via nos filhos dos ricos a necessidade de domínio da leitura e da escrita e nos pobre uma mão de obra barata, autores que se dedicaram em escrever para crianças trataram de espalhar não só as histórias tradicionais, como também criar novos personagens e enredos ainda com caráter de ensinamento educativo, já que os primeiros textos destinados às crianças foram escritos por pedagogos e professoras.

Através do minucioso trabalho de Perrault, dos Grimm e Andersen, que realizaram uma verdadeira garimpagem na cultura e no folclore europeu, houve a redescoberta de um verdadeiro tesouro histórico e cultural, que sem o trabalho desses escritores, seriam desconhecidas as histórias anteriormente citadas, e para o universo da literatura infantil uma lacuna no legado cultural da humanidade.

Acompanhando a cultura e os interesses da época, as histórias da literatura infantil foram sofrendo modificações e adaptações, desprendendo-se aos poucos do oral, aparecendo novas histórias inventadas por autores que mais tarde se tornaram clássicos do gênero e que habitam o imaginário infantil e adulto até os dias atuais. Somente mais tarde essa vertente se enfraqueceu e deu lugar a literatura infantil voltada para o prazer e o deleite do leitor, característica que a aproximou mais da literatura geral.

A literatura infantil brasileira também não escapou do processo de formação de uma literatura com fins doutrinários, moralizantes ou pedagógicos cujo objetivo era manter a tradição, hábitos, costumes e os interesses da burguesia. Somente com a chegada de D.João VI e a implantação da Imprensa Régia por volta de 1900 é que se pode falar em literatura infantil brasileira, pois até esse momento, “o que as crianças liam no Brasil eram textos não



literários escritos por pedagogos que mais serviu ao adulto e à aculturação da criança, a novos padrões de comportamento, higiene e virtudes” (AMARILHA, 1997, p. 48).

Pela falta de tradição, até o aparecimento de Monteiro Lobato a literatura infantil brasileira ainda era marcada pelas adaptações, uma reorganização da literatura infantil já existente principalmente na Europa, para se adequar ao público brasileiro. Por não gostar muito das traduções dos livros europeus e por ser um nacionalista ardoroso, Lobato se apresenta no cenário nacional como o responsável por uma produção voltada para a criança brasileira. Sua obra é um marco na história da literatura infantil nacional não somente pelo que introduz do universo infantil relacionado à cultura popular com características típicas brasileiras, integrando costumes do campo e lendas do nosso folclore, na verdade ele foi o primeiro escritor brasileiro a acreditar na inteligência da criança, na sua curiosidade intelectual e capacidade de compreensão.

A partir dele, no Brasil, a literatura para a infância perde uma de suas principais características, a de ser um instrumento de dominação do adulto e de uma classe, modelo de estruturas que devem ser reproduzidas. Passa a ser fonte de reflexão, questionamento e crítica, uma literatura de ficção livre dos preceitos pedagógicos com a intenção de distrair, instruir e preocupada com o seu caráter estético. Colocar um pouco da estética da recepção

Desde então até os nossos dias, a criança tem constituído constante preocupação de psicólogos, pedagogos e mestres. Muitos são os fatores que contribuem para a literatura tornar-se assunto importante em relação à educação brasileira. Conforme Cademartori (1986) a escola voltou-se para a literatura infantil com interesses imediatos, como o de expandir o domínio linguístico dos alunos e auxiliá-los a escrever melhor, desconsiderando, de certa forma, a função de reorganização das percepções do mundo.

3 O PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA: O PNBE EM QUESTÃO

Nas últimas décadas, a literatura infantil vem se constituindo de forma rica e diversificada em nosso país, com produções de boa qualidade para todas as faixas etárias, com os mais variados enfoques e temas, caminhando paralelamente com a literatura geral. A



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

instituição de uma política de formação de leitores é também uma condição básica para que haja a democratização da literatura e o fomento à leitura de crianças nas escolas brasileiras, sendo essa uma forma de reverter a tendência histórica de restrição do acesso aos livros e à leitura como bem cultural privilegiado a limitadas parcelas da população, como já dissemos anteriormente.

O interesse pela investigação do tema, o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), a gestão de políticas públicas da infantil e a formação do leitor infantil, está embasado no pressuposto de que a linguagem e os enredos literários proporcionam à criança a possibilidade de adquirir autoestima, identidade cultural, independência e capacidade para lidar com o mundo a sua volta (TUTTLE PAQUETT, 1993 apud AMARILHA, 1997).

O PNBE foi instituído por meio da Portaria Ministerial nº 584 de 28 de abril de 1997, tendo como objetivo, segundo Pereira (2006), o de assegurar o acesso de alunos e professores à cultura, à formação e aos conhecimentos socialmente produzidos ao longo da história da humanidade; isto é, incentivar a prática da leitura nas escolas públicas de todo o Brasil por meio da distribuição de livros dos seguintes gêneros textuais: poemas, contos, crônicas, teatro, texto de tradição popular, romance, memória, diário, biografia, ensaio, obras clássicas, histórias em quadrinhos.

A seleção dos títulos diferenciados por cada gênero é adquirida por meio de edital público, no qual são adotados alguns critérios (qualidade literária do texto, adequação temática e projeto gráfico), de acordo com Pereira (2006). Além disso, são distribuídas coleções destinadas à formação permanente do professor em todas as áreas do conhecimento (BRASIL, 2006).

O PNBE integra as ações “Por Política de Formação de Leitores”, desenvolvidas pelo Ministério da Educação e Cultura, a partir de três eixos norteadores: a) retomar a biblioteca escolar como foco de ação; b) acervos de uso coletivo voltados para a ampliação das bibliotecas e espaços de leitura e c) atendimento universal às escolas da educação básica, de acordo com Pereira (2006).

É indiscutível a importância dos livros, assim como a presença de bibliotecas em escolas, sendo ela de Educação Infantil ou não. Portanto, faz-se necessária não só a discussão



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

dessa temática, mas também a pesquisa sobre esse Programa de tamanha magnitude focado na distribuição de livros literários. Talvez esta seja a maior crítica ao PNBE: manter-se praticamente na distribuição de livros e não investir na formação de profissionais que medeiam à leitura. Como salienta Silva (2009), essa estratégia deveria ser acrescida às políticas públicas de melhoria e implementação de bibliotecas, bem como a informação nesses espaços.

Diante desse quadro, este artigo chama a atenção para a necessidade de investigarmos sobre o tema com o objetivo dar transparência às ações públicas de gestão da política de formação de leitor no âmbito das instituições de educação infantil, “já que do ponto de vista de seu papel, a avaliação detecta eventuais falhas e afere os méritos dos programas [...]. Nesse sentido, sua tarefa é formativa, permitindo a correção ou confirmação de rumos” (FARIA, 2009, p. 41).

Adotando-se como eixo norteador o ensino de leitura de literatura no processo de formação leitora pelo viés do PNBE através do acervo disponibilizados de 2008-2012 para os Centros Municipais de Educação Infantil, considera-se no contexto deste estudo a seguinte questão: *por que é importante se analisar as ações norteadoras do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) e sua aplicabilidade na escola pública em relação às práticas de leitura na Educação Infantil?*

A metodologia da pesquisa de abordagem qualitativa e do tipo avaliativa, ainda em andamento, entrevistou 11 profissionais técnicos e assessores envolvidos no PNBE, sendo 02 em Brasília e 09 em Natal-RN. Visitou e observou *in loco* 34 Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) de Natal, contemplados com os acervos do PNBE em suas três edições (2008-2010-2012) para a Educação Infantil e analisou documentos acessíveis no site do MEC, bem como outros disponibilizados pela Secretaria de Educação do Município de Natal (SME), que dão conta de caracterizar a real situação da rede de ensino no tocante à leitura literária na escola.

4 ENCONTROS E DESENCONTROS ENTRE O LEITOR E O LIVRO



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Esta pesquisa avaliou as perspectivas, tensões e desafios sobre as políticas públicas de promoção da leitura no Brasil tendo como enfoque a Educação Infantil, primeira etapa da educação básica. Nela, a partir das análises dos dados coletados, buscamos responder como se dá a acessibilidade da criança em idade pré-escolar e dos professores ao acervo do PNBE já que, para a maioria dos sujeitos, a escola se constitui como o único lugar de acesso à leitura literária.

De acordo com o Gráfico 1, a distribuição de livros pelo programa nacional aos CMEIs contemplou 89% das unidades de ensino, ficando sem acervo apenas 12%, que por ter sido inaugurado no final de 2012, não possuía alunos matriculados no Censo Escolar de 2011, critério estabelecido para que haja a distribuição de livros pelo PNBE. Sendo assim, levando-se em conta que a política de promoção da leitura é instituída pelo MEC através do cadastro das escolas e do número de alunos matriculados em cada unidade de ensino, a distribuição de livros contemplou 100% dos CMEIs.

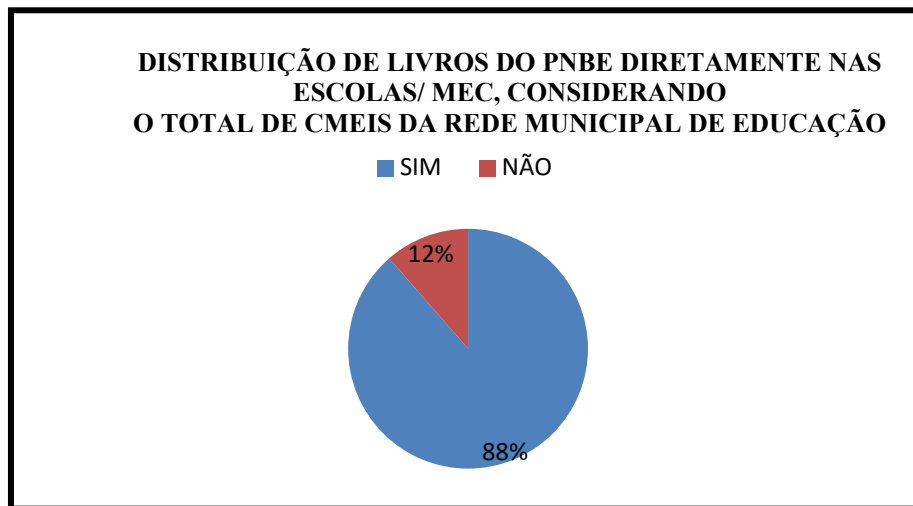


Gráfico 1- Distribuição do acervo para educação infantil de NATAL-RN, MEC/ 2008-2012
Fonte: SIMAD¹

A fim de compor uma amostragem que permitisse combinar a presença do livro no CMEI e a aplicabilidade do programa que enfatiza a capacitação do professor capaz de propiciar práticas e eventos de leitura visando à formação de novos leitores, foi composta uma amostragem 34 CMEIs, partindo do universo de 69 unidades de ensino da rede pública

¹ Disponível em: <<https://www.fn.de.gov.br/distribuçãosimadnet/pesquisar>>. Acesso em: 07 abr. 2013.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

municipal de Natal distribuídos em 4 zonas da cidade: norte, sul, leste e oeste que tenham sido contemplados com as três edições de acervo do PNBE de 2008 a 2012.

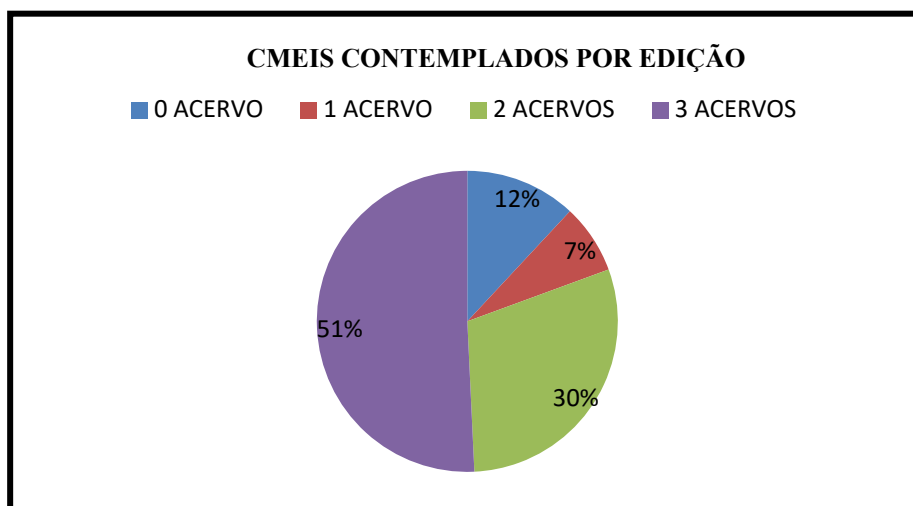


Gráfico 2 – Distribuição de acervo por edição 2008-2012

Fonte: SIMAD

Para melhor compreensão o Gráfico 2 revela o percentual de CMEIs por número de acervos recebidos. De acordo com estes dados, 51% das unidades de ensino foram contempladas nas três edições do programa. Esse número assinala a responsabilidade que tem os gestores em fazer circular e democratizar a leitura entre as crianças e professores no âmbito das suas instituições. Contudo nem sempre é isso que acontece, durante a pesquisa, através de da técnica utilizada de entrevista semiestruturada, verificou-se que apenas 29% dos gestores consultados afirmam conhecer o PNBE o que pode ser comprovado através do Gráfico 3.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

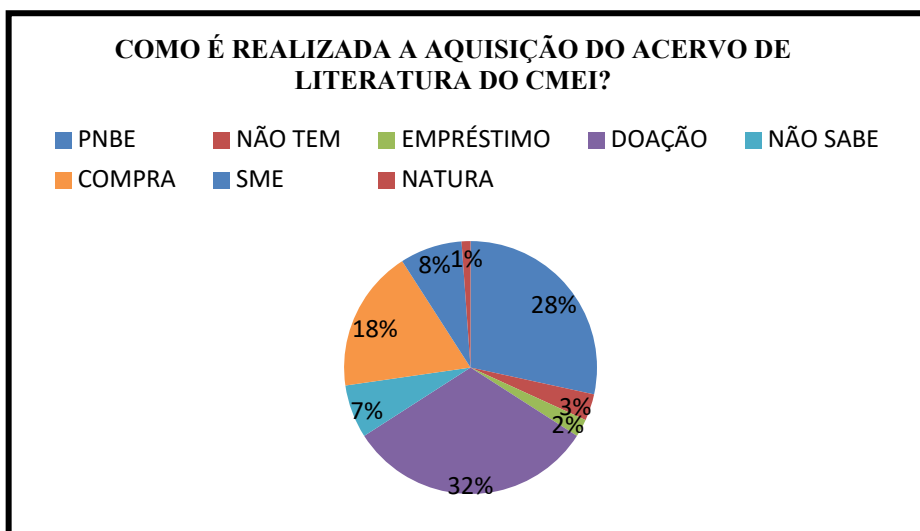


Gráfico 3 – Aquisição do acervo - gestores/coordenadores.

Fonte: Pesquisa realizada nos centros de educação infantil em Natal/RN.

Numa determinada instituição, ao serem perguntadas se conhecia o PNBE a diretora juntamente com a coordenadora de ensino responderam:

Não, nunca ouvi falar nisso. Nunca ouvi falar desse projeto não. Estou aqui desde 2009, mas nunca soube desse programa aí (coordenadora). Eu recebi (gestora), depois que estou aqui, umas caixas de livros, mas tinha só um selo que foi o Governo Federal que enviou. O selo foi rasgado. Agora que você tá falando nisso eu estou me lembrando, mas naquela época, não sabia. Nunca chegou um livro explicando, uma formação, uma orientação realmente para a gente usufruir da melhor maneira possível desse material (PERSÉFONE, 2014).

Durante a entrevista os gestores confirmam a existência de livros de literatura para a infância na escola, mas não sabem de onde eles vêm e nem por que chegam, dizem que os livros são comprados, doados, emprestados ou até cedidos por instituições da iniciativa privada. Em algumas escolas, o recebimento das caixas com o acervo do PNBE causa estranhamento e são guardadas porque os gestores não sabem para que servem e temem o extravio dos livros, bem como, o ressarcimento do bem público com o dinheiro do seu próprio salário.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

De acordo com autores como Faria (2009), Zilberman (2003) e Rego (1988) a literatura infantil pode ser ferramenta valiosa ao professor para auxiliar em sua prática docente, visando à formação da criança leitora, pois pode auxiliar na formação do gosto leitor, no desenvolvimento da imaginação e da criatividade, além de, por ser um objeto com características da arte, como exposto por Perrotti (1986), servir como propósito primeiro ao lazer, ao deleite e ao prazer, uma vez que nada se compara ao ato de ler.

Assim como a criança o professor também deve ter formação em leitura. O professor leitor deve ser o indivíduo que desenvolve com regularidade e competência suas práticas de leitura, “confiante na sua capacidade de ser desafiado por qualquer texto, extraindo dessa experiência prazer e conhecimento”(AMARILHA, 1997). Mas como ser um mediador de leitura sem formação? Como formar um leitor na escola? O Gráfico 6 apresenta uma situação problemática para 88% dos educadores que durante o intervalo de 2010 a 2013 não participaram de nenhuma formação em leitura.

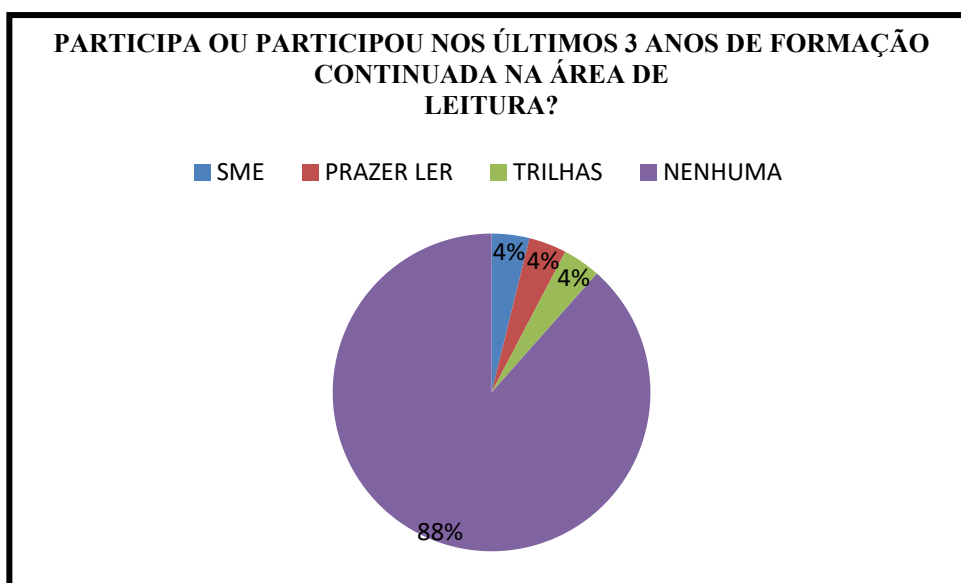


Gráfico 4- Formação em leitura fora do CMEI.

Fonte: Pesquisa realizada nos centros de educação infantil em Natal/RN.

Esta questão tem sido discutida há muito tempo no contexto educacional cujas proposições teóricas não dialogam com a realidade cotidiana dos professores. Ensinar a ler, em contexto educacional, pressupõe favorecer os meios sócios cognitivos para que os



pequenos aprendizes possam revelar a condição leitora, ainda que não saiba fazê-la de modo convencional. Cabe ao professor propor atividades motivadoras e desafiadoras em sala através da mediação pedagógica de leitura.

Baseado nos relatos dos entrevistados durante a pesquisa, a formação fora do serviço, quase inexistente para o professor que atua na Educação Infantil de Natal acontece porque não existe professor mediador de leitura para esse nível de ensino. Nesse sentido, é essencial avaliar de que forma estão sendo conduzidas as políticas de formação do leitor infantil para que possamos resolver os conflitos e interesses da promoção da leitura da escola.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação de uma política de formação de leitores, a distribuição de livros feita pelo MEC e a presença de livros de qualidade nas escolas, não garantem, à luz das ideias lobatianas, que “um país se faz de livros e homens” nem tampouco o efetivo acesso das crianças à literatura infantil, fato comprovado através dessa pesquisa.

Os resultados apontam que no contexto real das instituições de Educação Infantil de Natal, os centros municipais de ensino não dispõem de espaços físicos para biblioteca, tampouco salas de leitura; professores desconhecem o PNBE como também o acervo que o compõe, pois lhes falta acesso ao material enviado pelo MEC, em algumas escolas o material sendo guardado em armários fechados longe de professores e de alunos, devido à centralização de poder das gestões ou pela errônea concepção de que os livros manuseados pelas crianças pequenas serão danificados.

Por todo o estudo, percebeu-se que, aliada à importância da literatura infantil como uma ferramenta, um meio imprescindível ao processo de formação da criança leitora, o professor, agente de mediação no processo de formação do leitor, necessita ter plena consciência de como a literatura infantil pode figurar no contexto da rotina escolar para formar essa criança leitora; essa pesquisa chama atenção para quanto ainda precisamos de projetos que apontem caminhos para trilhar na construção e valorização da literatura infantil como instrumento para formação do leitor infantil, perpassando por políticas de formação



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

continuada do professor no tocante ao seu processo de formação de professor leitor e mediador de leituras.

REFERÊNCIAS

AMARILHA, Marly. **Estão mortas as fadas?** literatura infantil e prática pedagógica. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BETTELHEIM, B. **A psicanálise dos contos de fadas.** Tradução de Arlene Caetano. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

CADEMARTORI, Lígia. **O que é literatura infantil.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARVALHO, Bárbara Vasconcelos. **A literatura infantil:** visão histórica e crítica. São Paulo: Global, 1984.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura Infantil:** teoria, análise, didática. São Paulo: Moderna, 2000.

COSSON, Rildo. **Letramento literário:** teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2007.

FARIA, R.; RICO, E. **Avaliação de políticas sociais:** uma questão em debate. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GÓES, Lúcia Pimentel. **Introdução à literatura infantil e juvenil.** 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1991.

KLEIMAN, Ângela. **Texto & leitor:** aspectos cognitivos da leitura. 12. ed. Campinas, SP: Pontes, 2004.

MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura.** Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer pesquisa qualitativa.** 4. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

PEREIRA, Andréa Kluge. **Biblioteca na escola.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2006.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

PRADO, Edna Cristina; DIÓGRNES, Elione M. Nogueira. **Avaliação de políticas públicas: interface entre Educação & Gestão Escolar.** Maceió: EDUFAL, 2011.

RANGEL, Egon de Oliveira. **Dicionários em sala de aula.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

SILVA, Ezequiel Theodoro. **Leitura na escola e na biblioteca.** Campinas, São Paulo: Papyrus, 1986.

SIMAD. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/distribuicoesimadnet/pesquisar>>. Acesso em: 07 abr. 2013.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.